

Fábio Lins de Lessa Carvalho
Coordenador

DIREITO ADMINISTRATIVO TRANSFORMADOR

Colaboradores

Ana Cecília de Moraes e Silva Dantas	Gustavo Guilherme Maia Nobre
Artur Carnaúba Guerra Sangreman Lima	Janaína Helena de Freitas
Basile Georges Campos Christopoulos	Jéssica Antunes Figueiredo
Carla Priscilla Barbosa Santos Cordeiro	Jéssica Ferreira Nunes
Cecília Monte Xavier de Souza	Lais Ramos Barboza
Daniel Allan Miranda Borba	M ^ª Ángeles González Bustos
Danilo de Moura Lacerda	Marcial Duarte Coêlho
Delano Sobral Rolim	Márcio Roberto Torres
Douglas de Assis Bastos	Nigel Stewart Neves Patriota Malta
Fábio Lins de Lessa Carvalho	Paula Falcão Albuquerque
Filipe Lôbo Gomes	Ricardo Schneider Rodrigues
Francisco Malaquias de Almeida Neto	Tálita Nunes de Souza Baêta Feijó
Guilherme Emmanuel Lanzillotti Alvarenga	Vagner Paes Cavalcanti Filho

Curitiba
Juruá Editora
2017

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

ISBN: 978-85-362-7309-9

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

D598 Direito administrativo transformador./ coordenação
 de Fábio Lins de Lessa Carvalho./ Curitiba: Juruá,
2017.
 624p.

Vários colaboradores

1. Direito administrativo. 2. Administração pública.

CDD 342 (22.ed.)
CDU 342

000041

1107314

SUMÁRIO

ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA E RETÓRICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O PRINCÍPIO DA FUNDAMENTAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

Ana Cecília de Moraes e Silva Dantas / Basile Georges Campos Christopoulos 15

A PARTICIPAÇÃO POPULAR COMO MECANISMO DE LEGITIMAÇÃO DAS DECISÕES ESTATAIS

Artur Carnaúba Guerra Sangreman Lima 31

A AUTONOMIA CONCEITUAL E NORMATIVA DO PRINCÍPIO DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA FRENTE AOS PRINCÍPIOS PREVISTOS NO *CAPUT* DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Carla Priscilla Barbosa Santos Cordeiro..... 51

A APLICAÇÃO DA PRINCIPIOLOGIA DO DIREITO ADMINISTRATIVO NO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

Cecília Monte Xavier de Souza..... 81

REGIME JURÍDICO DAS CONTRATAÇÕES NAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS: ENTRE OS AVANÇOS E RETROCESSOS LEGAIS E JURISPRUDENCIAIS

Daniel Allan Miranda Borba..... 109

O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO À CONFIANÇA LEGÍTIMA COMO LIMITE À ANULAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

Danilo de Moura Lacerda 139

POR UMA REVISÃO DO PRINCÍPIO DA VANTAJOSIDADE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS À LUZ DO PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL

Delano Sobral Rolim 167

A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS POR PARTICULARES NOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS SOB O PRISMA DA (IN)DELEGABILIDADE DO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	
<i>Douglas de Assis Bastos</i>	197
DIREITO ADMINISTRATIVO GRACILIÂNICO. REFLEXÕES A PARTIR DA ATUAÇÃO DE GRACILIANO RAMOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
<i>Fábio Lins de Lessa Carvalho</i>	219
DA CONFORMAÇÃO DA MAXIMIZAÇÃO DO BEM-ESTAR AO DIREITO FUNDAMENTAL AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
<i>Filipe Lôbo Gomes</i>	245
ASPECTO ADMINISTRATIVO DO LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO: ATO DISCRICIONÁRIO OU ATIVIDADE PLENAMENTE VINCULADA?	
<i>Francisco Malaquias de Almeida Neto</i>	263
EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA E A CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: CIDADÃO COMO AGENTE LEGITIMADOR	
<i>Guilherme Emmanuel Lanzillotti Alvarenga</i>	287
NOVA LEI DA TERCEIRIZAÇÃO, IMPESSOALIDADE E CONCURSOS PÚBLICOS	
<i>Gustavo Guilherme Maia Nobre</i>	305
PARA ALÉM DA IGUALDADE FORMAL: AS POLÍTICAS AFIRMATIVAS RACIAIS COMO INSTRUMENTO DE CORREÇÃO DO <i>STATUS QUO</i> SOCIAL	
<i>Janaina Helena de Freitas</i>	321
O CONTROLE DAS PARCERIAS ENTRE ESTADO E TERCEIRO SETOR E AS CONTRIBUIÇÕES DA LEI 13.019/2014	
<i>Jéssica Antunes Figueiredo</i>	347
ATUAÇÃO DISCRICIONÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
<i>Jéssica Ferreira Nunes</i>	369
A EVOLUÇÃO INTERPRETATIVA DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE NO DIREITO ADMINISTRATIVO E OS DESAFIOS DE SUA APLICABILIDADE	
<i>Lais Ramos Barboza</i>	387

A EFICÁCIA EXÓGENA DO PRINCÍPIO DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA: ASPECTOS LIGADOS À NOVA “LEI ANTICORRUPÇÃO”	
<i>Marcial Duarte Coêlho</i>	411
A PARTICIPAÇÃO POPULAR COMO CRITÉRIO DE EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA: POR UMA CONCEPÇÃO DEMOCRÁTICO-DELIBERATIVA ALÉM DO EFICIENTISMO ECONÔMICO	
<i>Márcio Roberto Torres</i>	435
LA CALIDAD DE LAS NORMAS Y LA MEJORA REGULATORIA EN ESPAÑA	
<i>M^a Ángeles González Bustos</i>	457
PROCESSO ADMINISTRATIVO DEMOCRÁTICO COMO ELEMENTO DE CONCRETIZAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
<i>Nigel Stewart Neves Patriota Malta</i>	477
A PARTICIPAÇÃO NOS PROCESSOS LICITATÓRIOS DE EMPRESÁRIOS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL	
<i>Paula Falcão Albuquerque</i>	503
TENDÊNCIAS ATUAIS DO CONTROLE EXTERNO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO TRIBUNAL DE CONTAS	
<i>Ricardo Schneider Rodrigues</i>	529
O DIREITO FUNDAMENTAL DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. MAS, NO MEIO DO CAMINHO TINHA UMA PEDRA: A INCLUSÃO	
<i>Tálita Nunes de Souza Baêta Feijó</i>	551
SERVIÇO PÚBLICO À LUZ DA TEORIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	
<i>Vagner Paes Cavalcanti Filho</i>	579
ÍNDICE ALFABÉTICO	607